

APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Revista *Contexto* no.4, novembro 1977: 17-30.

Torna-se hoje cada vez mais importante uma definição a mais precisa possível da posição política de cada um e sua inserção nos diversos grupos políticos provavelmente em *formação*. Inclusive para os socialistas esta se torna uma tarefa prioritária. Se a redemocratização está à vista, é preciso preparar-se para ela.

Em maio deste ano já estava claro que a fissura no modelo político brasileiro-baseado na aliança da burguesia com a tecnoburocracia estatal transformava-se em uma profunda brecha. Esta fissura começara a se definir em fins de 1974, quando à derrota nas eleições nacionais se somam a redução na taxa de crescimento econômico, o recrudescimento da inflação, a crise do balanço de pagamentos e a nova política salarial decorrente do revés eleitoral. Todos esses fatores levam a uma redução na taxa geral de lucros, e ao mesmo tempo tornam cada vez mais claro para a burguesia o caráter arbitrário através do qual a alta tecnoburocracia estatal divide o excedente econômico entre as diversas frações e grupos das classes dominantes.

Seria, entretanto, um economicismo indesculpável pretendermos atribuir a crise política apenas a fatores econômicos e mais especificamente a redução relativa do excedente — definida pela redução na taxa de concentração da renda a partir do momento em que, momentaneamente, reduzem-se lucros e aumentam salários. É óbvio que a crise deve ter-se desencadeado por razões de ordem econômica. Mas em seguida os desacertos políticos do Governo, provenientes de seu autoritarismo e desorientação, e os protestos de faixas cada vez mais amplas da população, desde os setores dominados até os dominantes, fazem com que a crise política ganhe autonomia, assuma força própria.

Neste trabalho faço uma análise da ruptura da aliança política entre a burguesia e em seguida já procuro indagar sobre as perspectivas políticas que as mudanças à vista no sentido da redemocratização prenunciam. Coerente com a postulação inicial de que a crise é antes de

mais nada caracterizada pela insatisfação de classe dominante, prevejo que esta classe tem amplas condições de se manter politicamente hegemônica no futuro sistema. Aparecerão novos partidos, pelo menos um partido socialista orientado para uma política de massas deverá surgir, mas não é difícil concluir que a alta e média burguesia, apoiada por uma tecnoburocracia enfraquecida, mas ainda e sempre atuante, deverá não apenas manter o controle das forças produtivas mas assumir mais diretamente o controle político da sociedade,

Neste momento surge um segundo problema. Valeria a pena a redemocratização se é para manter o padrão de acumulação capitalista? Esta pergunta, naturalmente, só tem sentido para quem parte de uma perspectiva socialista. Aceito o pressuposto de que a democracia e a justiça social só podem ser alcançadas em um regime socialista, alguns mais radicais afirmam que só valerá a pena participar da luta pela redemocratização se em seguida e a curto prazo caminharmos para o socialismo. Já outros, que podem ser distribuídos em uma escala que vai do socialismo democrático à social democracia, pretendem que primeiro é necessária uma frente ampla em torno da redemocratização e só depois deve-se pensar em definições ideológicas mais precisas. Examinaremos este problema no final do artigo, depois de analisarmos a ruptura da aliança política e as perspectivas reais que se abrem logo em seguida à - redemocratização. Deixamos de examinar como ocorrerá o processo de redemocratização, porque as possibilidades são muitas. O casuísmo das alternativas é tão grande que mesmo uma análise estritamente conjuntural do problema poderia perder-se em especulações estéreis.

A Ruptura de uma Aliança Política

A característica fundamental da crise política brasileira atual é a ruptura da burguesia com o Estado, ou melhor, com a tecnoburocracia estatal que o dirige. Este é o fato novo que provavelmente tornará esta crise historicamente significativa. Não é a oposição e a crítica dos estudantes, dos trabalhadores, dos intelectuais ao Governo autoritário instalado no Brasil desde 1964 que torna esta crise decisiva, já que esses setores jamais apoiaram o Governo. É, a crescente oposição da burguesia, da classe empresarial, em todos os seus níveis, desde a pequena e média até frações cada vez maiores da alta burguesia que coloca hoje em jogo o modelo político instalado em 1964 e consolidado em 1968, quando os ideais liberais do movimento inicial foram definitivamente postos de lado.

A crise política brasileira aprofundou-se nos últimos meses de forma decisiva. As causas dessa crise são múltiplas, mas a sua caracterização é uma só: o modelo político

implantado no Brasil em 1964, para substituir o pacto populista, entrou em colapso. Esse modelo político estava baseado na aliança da tecnoburocracia civil e militar, que controla diretamente os aparelhos do Estado, com a burguesia e as empresas multinacionais. Era o modelo do tripé, em que os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais e, de um modo geral, as esquerdas eram totalmente excluídos do sistema de poder. A crise do modelo define-se pelo rompimento cada vez mais nítido daquela aliança.

Este rompimento ocorre a partir do momento em que a burguesia local vai se tornando crescentemente insatisfeita com os seus aliados tecnoburocratas estatais, e em conseqüência vai retirando seu apoio ao sistema. Nesse momento o modelo do tripé entra em colapso. E mais do que isto, todo o sistema político está fadado a sofrer transformações profundas.

O Brasil viveu estes últimos treze anos sob a égide de um regime militar. O Estado foi firmemente controlado por uma força pública coesa ideologicamente bem armada. Esta tecnoburocracia militar chamou para auxiliá-la uma tecnoburocracia civil técnica e organizacionalmente bem equipada. Os dois grupos em conjunto adotaram a ideologia tecnoburocrática baseada na racionalidade técnica e organizacional, que se expressa na eficiência ou no crescimento da produção por habitante, e, especialmente entre 1967 e 1973, obtiveram êxito em sua política desenvolvimentista, ainda que à custa de um acentuado processo de concentração de renda, com graves prejuízos para os trabalhadores.

Ao falarmos de burguesia e de tecnoburocracia não estamos falando de estratos sociais definidos por níveis de renda e de prestígio, mas de classes sociais, na medida em que sua posição na estrutura social é determinada por sua inserção nas relações de produção e pela decorrente ainda que nem sempre muito clara consciência de classe. A burguesia é constituída pela classe proprietária de meios de produção que emprega trabalhadores assalariados e obtém lucros. A classe tecnoburocrática é formada pelos burocratas, incluindo-se nele os funcionários, os técnicos e os administradores, que trabalham em organizações burocráticas públicas ou privadas, civis ou militares, e recebem ordenados. Esta é uma nova classe, em plena formação, que muitas vezes se confunde por origem e por hábitos com a média burguesia, mas dela deve ser distinguida para que qualquer análise econômica e política faça hoje sentido. Ao mesmo tempo em que a tecnoburocracia, instalada nos pontos chaves do Governo, adotava sua própria ideologia eficientista, conservava os principais elementos da ideologia burguesa, facilitando assim sua aliança política com a classe capitalista. Os anos áureos do “milagre” em que ordenados e lucros cresciam de forma ilimitada, pareciam indicar que esta aliança era eterna.

A burguesia sentira-se profundamente insegura em 1963 e início de 1964. A revolução que então ocorre é realizada com todo o seu apoio. E em seguida a burguesia entrega-se inteiramente nos braços da tecnoburocracia estatal. Em conseqüência os militares dão a muitos a impressão de se terem transformado em senhores todo-poderosos. O poder parece ser exclusivamente militar, autonomamente militar. O poder das forças armadas parece derivar exclusivamente de seu controle de armas e soldados e de sua capacidade de organização.

Ora, semelhante hipótese só pode ser atribuída a uma leitura apresada das teorias sobre a emergência da tecnoburocracia no Brasil ou nos países periféricos em geral. Pessoalmente tenho procurado estudar o mais possível este fenômeno fundamental do nosso tempo que é o da burocratização e estatização da sociedade.

Mas isto não nos pode levar a esquecer que o Brasil é ainda uma formação social predominantemente capitalista. O capital, ou seja a propriedade privada dos instrumentos de produção pela burguesia, é ainda a relação de produção que controla maior volume de riqueza no Brasil. A propriedade estatal de meios de produção, embora crescente, é ainda secundária. É certo que a acumulação de “capital”, usada essa expressão em sentido amplo, já é hoje realizada de forma predominante pelo Estado. Mas o estoque de capital ainda é predominantemente privado. O lucro privado é ainda a forma dominante de apropriação do excedente, embora o volume de ordenados dos tecnoburocratas tenda a crescer exponencialmente. A coordenação da economia ainda é feita principalmente pelo mercado, embora o planejamento e a política econômica estatais tenham uma influência crescente na coordenação do sistema e na distribuição do excedente econômico. A ideologia burguesa ainda é hegemônica, embora a ideologia tecnoburocrática faça avanços em todas as frentes.

Em outras palavras, o Brasil é ainda uma formação social essencialmente capitalista, embora crescentemente tecnoburocrática ou estatal. Em conseqüência a classe dominante no Brasil é a burguesia, e não a tecnoburocracia militar. Esta possui um certo grau de poder autônomo, na medida em que controla diretamente o aparelho repressivo do Estado, mas sua autonomia é necessariamente limitada. Ela só parece plena nos momentos em que os militares contam com o apoio da burguesia. Quando esse apoio é retirado o poder econômico e a hegemonia ideológica da burguesia levam a tecnoburocracia a fazer aflorar suas próprias contradições e a perder coesão e o poder.

É por isso que a crescente retirada de apoio da burguesia à tecnoburocracia estatal representa um golpe decisivo não apenas no modelo político do tripé, mas na própria continuidade do atual regime.

Os sintomas dessa ruptura tornam-se visíveis a partir do final de 1974. O rompimento tem início com a grande campanha contra a estatização prossegue através da crítica às mordomias, ou seja, a crítica aos altos ordenados diretos e indiretos dos tecnoburocratas; aprofunda-se com o desencanto em relação à política econômica, na medida em que esta se vai tornando cada vez mais insegura, contraditória e ineficaz; agrava-se com a denúncia da corrupção estatal, que em grande parte se confunde com a concessão de favores do Estado a grupos econômicos pouco idôneos. Hoje a ruptura é clara. Desde a pequena até a média e a alta burguesia, a insatisfação com o sistema é geral. Pode ser observada nas mais diversas circunstâncias: nas reuniões sociais, nos encontros de empresários com os representantes do Governo, nos editoriais da imprensa controlada pela burguesia, na quase unanimidade das manifestações estudantis e no apoio generalizado que elas vêm recebendo. Provavelmente, neste momento, só a burguesia subsidiada, que recebe diretamente os favores do Governo e uma parte dos representantes oficiais da classe empresarial ainda apoiam o atual sistema autoritário. Os primeiros por interesses óbvios e os segundos devido à dependência em que se encontram as entidades que dirigem em relação ao Estado.

As causas desta crise de legitimidade sem precedentes podem ser encontradas originalmente na redução relativa do excedente econômico, que tem lugar no país a partir de 1974. Desta data em diante termina o “milagre”, o índice de crescimento da produtividade ou de renda por habitante cai ao mesmo tempo em que os salários param de cair e chegam mesmo a crescer em 1975, como uma resposta do Governo à derrota eleitoral de novembro de 1974. Nesse momento, quando se reduz o índice de crescimento do excedente, quando o fim do milagre leva a tecnoburocracia estatal e a burguesia a encarar novamente as duas realidades da escassez — nesse momento torna-se patente a arbitrariedade do Estado autoritário no seu processo de dividir o excedente econômico. Pedem-se sacrifícios, mas esses sacrifícios obviamente não são iguais para todos. Seja em função de puro favoritismo, seja para obedecer à escala de prioridades estabelecida pelo planejamento estatal — o fato é que em um momento de redução relativa dos lucros gerados pelo sistema, uns poucos continuam altamente beneficiados.

A burguesia vai, assim, sentindo-se ameaçada. A revolução fora feita em seu nome, mas os tecnoburocratas estatais agora parecem pretender alcançar uma autonomia que não estava prevista inicialmente. E utilizam esta autonomia em seu próprio benefício, como os casos dos altos ordenados e da corrupção deixam entrever, ou então em benefício de um pequeno número de favoritos.

Por outro lado e concomitante, os membros do Governo vão sendo atingidos por uma profunda crise de credibilidade. As declarações otimistas do presidente e dos ministros são desmentidas no dia seguinte, pelos fatos ou por eles próprios.

Nesse momento a crise política ganha autonomia, desloca-se de suas bases econômicas para explicar-se pela própria dinâmica dos fatos políticos. O Governo, desorientado, sentindo-se sem apoio, em total contradição com a sociedade civil, toma medidas impensadas que culminam com o fechamento do Congresso e o “pacote” constitucional em abril. Nesse momento, o presidente compromete todo o sistema militar que representa com uma manobra eleitoral em benefício de seu partido — a Arena. O casuismo das medidas, sua arbitrariedade e contingencialidade são gritantes. Para evitar a provável vitória do partido da oposição, o MDB, são tomadas medidas que violentam o senso jurídico da sociedade civil. Ora, o MDB já deu ampla demonstração de que é um partido de centro, com algumas tendências para a social-democracia. Uma vitória sua não põe, portanto, em risco a burguesia. E a burguesia brasileira hoje está consciente desse fato. É óbvio que nesse momento a crise política torna-se generalizada.

A constatação desta ruptura entre a burguesia e o sistema e da conseqüente precariedade em que este hoje se encontra não é, entretanto, óbvia. Depois de treze anos de domínio militar, somos facilmente tentados a acreditar na inexpugnabilidade desse domínio. E usamos para isto os mais variados raciocínios. Argumentamos, por exemplo, que os princípios democráticos da burguesia não são muito profundos — o que é correto. Nesses termos seria fácil à tecnoburocracia estatal recuperar o apoio da burguesia, comprando-a novamente através de medidas favoráveis à elevação da taxa de lucros. Ora, os dirigentes governamentais da área econômica não vêm tentando fazer outra coisa há dois anos, e no entanto sem êxito. Quando a redução relativa do excedente econômico se torna embutida no modelo econômico, torna-se muito difícil recuperar o apoio da burguesia. O problema se agrava através da perda de credibilidade do Governo. E a crise ganha então força própria, cuja gravidade só uma crença sem limites na autonomia da tecnoburocracia militar pode negar.

Vivemos, portanto, um momento de grave crise de legitimidade. Esta crise teve início, no plano político, com o “não” que os trabalhadores e as camadas médias deram à política autoritária e concentradora de renda do Estado, nas eleições de 1974. Ganhou profundidade quando a burguesia rompeu politicamente com a tecnoburocracia estatal, levando ao colapso o modelo de tripé, e deixando perplexos seus associados multinacionais, que nesse momento não sabem por que lado optar.

As conseqüências dessa crise de legitimidade não são previsíveis. Não há dúvida, entretanto, que hoje toda a sociedade civil aspira, por liberdades democráticas. Este não é apenas um *slogan* das manifestações estudantis, mas uma aspiração profunda da grande maioria dos que participam do processo político brasileiro, ou seja, da sociedade civil. E quando a sociedade civil, da qual a burguesia é o elemento dominante, une-se em torno da idéia de redemocratização, torna-se difícil imaginar que essa redemocratização não venha. Esta redemocratização só não virá se estivermos enganados em relação à posição que a burguesia vem assumindo nestes últimos dois ou três anos e principalmente nestes últimos meses, ou se a burguesia não for mais a classe dominante. Ora, não creio que esteja muito enganado em relação à ruptura; e não tenho dúvida alguma sobre qual seja a classe dominante neste país.

Não há muita dúvida sobre a eminência histórica do processo de redemocratização do país. A partir do momento em que, para a grande maioria da burguesia brasileira a aliança com a tecnoburocracia estatal em torno de uma proposta autoritária de Governo deixou de ser política e economicamente justificada, acelerou-se o processo de perda de legitimidade do sistema vigente. Para a classe empresarial torna-se hoje cada vez mais urgente a restauração de um sistema democrático, em que se institucionalizam os sistemas de acesso ao poder e de tomada de decisão, em que a arbitrariedade e o favoritismo da distribuição de um excedente econômico escasso possam ser criticados e modificados. Não é difícil, portanto, prever que esta classe, que não apenas detém o poder econômico, mas também a hegemonia ideológica tenda-a se unir às demais forças democráticas do país para reconduzi-lo para o estado de direito.

Há muitas dúvidas, entretanto, sobre como será o processo de transição para a democracia, e, em seguida, como se desenvolverá politicamente o novo regime. Prefiro agora deixar o problema da transição de lado. Há muitas propostas e especulações a respeito, entre as quais a convocação de uma constituinte é a única em princípio aceitável, já que não se pode pensar em implantar a democracia por meios ditatoriais. Há também muitas especulações a respeito de um maior endurecimento do atual sistema, mas qualquer tentativa de radicalização parece hoje claramente fadada ao insucesso. Ultrapassada a fase da transição, porém, a qual, dependendo da habilidade das lideranças políticas e militares, poderá transcorrer sem maiores traumas, cabe perguntar que tipo de modelo político podemos esperar.

A burguesia e amplos setores da tecnoburocracia civil e militar ainda não se lançaram inteiramente no projeto de redemocratização por não saberem o que substituirá o atual regime. Há ainda um temor difuso e irracional de se mudar para pior. Mas se perguntarmos se o temor

é o da tomada do poder por comunistas ou por grupos radicais de esquerda, a resposta será obviamente negativa. E mesmo uma vitória nas eleições de um partido socialista democrático parece pouco provável. Basta examinar os nomes e as tendências ideológicas dos principais líderes do MDB para que as classes dominantes percebam que mesmo esta alternativa é ainda pouco realista para o Brasil. A hegemonia política e ideológica da burguesia é ainda clara. Restabelecida sua aliança em novas bases com a classe tecnoburocrática, a burguesia, que ainda é o elemento dominante de todo o sistema de ensino e de comunicação do país, tem amplas condições de eleger um parlamento dominado pelas posições de centro-direita.

Se não há razão para a burguesia temer a tomada do poder pela esquerda, poderia ainda temer o retorno a um período de conturbação política do tipo ocorrido no Brasil entre 1961 e 1964 ou do ocorrido em Portugal entre 1974 e 1976. Ambas as situações, entretanto, são muito diversas daquela que pode se antever para o Brasil em um futuro próximo. O Brasil do início dos anos sessenta vivia o momento do colapso de um modelo político: o populismo. Era o momento de um grande vazio de poder, na medida em que não havia mais condições de manter o pacto político formulado por Getúlio Vargas e mantido até o governo de Kubitschek. A burguesia havia resolvido sua principal contradição interna, traduzida no antigo conflito burguesia industrial *versus* burguesia agro-industrial, e agora fazia frente-única contra as aspirações da classe trabalhadora e das forças de esquerda, que então ensaiavam seus primeiros passos autônomos. Estávamos então diante de um modelo político em decomposição e não da montagem de um novo, como será o caso de redemocratização brasileira prevista.

A analogia com Portugal é também inteiramente improcedente. Aquele país saía de quarenta anos de ditadura, contra, treze no nosso caso. A revolução portuguesa foi liderada por um grupo de militares de esquerda, sem apoio da burguesia, enquanto que aqui se prevê a redemocratização nos quadros da democracia burguesa. A esquerda em Portugal, com base em uma elite militar de capitães e coronéis e em um Partido Comunista de orientação estalinista, imaginou em um determinado momento que poderia assumir o poder. No Brasil as forças armadas não se encontram dilaceradas por uma guerra colonial inglória, e a esquerda, com exceção de alguns setores radicais pouco expressivos, tem hoje muito mais maturidade e experiência para não incorrer em erros grosseiros como os cometidos por Vasco Gonçalves ou por Álvaro Cunhal em Portugal. A moderação dos estudantes e a serenidade da liderança do MDB em toda essa crise são uma indicação clara deste fato.

Haveria ainda um temor por parte das classes dominantes: a da volta ao populismo ainda que sem caos. Mas esta é definitivamente uma perspectiva muito pouco provável, não

apenas porque a burguesia tem meios de evitá-la, mas também porque nada repugna mais à própria esquerda do que a volta a um esquema populista, em que o debate ideológico seja substituído por um equivocado conceito de nacionalismo desenvolvimentista.

A análise nos leva então à conclusão que a redemocratização do país poderá nos levar, sem traumas mais profundos, à implantação de um sistema democrático, de base parlamentar, em que as forças políticas se distribuem por faixas ideológicas que deverão cobrir, da esquerda para a direita, um ou dois partidos socialistas, um partido liberal de centro, um partido de centro-direita e um partido de direita. É claro o centro propriamente não existe, e que mesmo no partido socialista deverá haver setores reformistas muito moderados. Da ala moderada do partido socialista em diante, portanto, passando pelo centro e pelo centro-direita, serão todos partidos burgueses ou, no máximo, burgueses-tecnoburocratas.

Este espectro de forças políticas nascerá inicialmente de um grande pacto político — o pacto político democrático, que hoje está sendo formulado em todos os níveis da sociedade brasileira. Em seguida à democratização, esse pacto perderá razão de ser. Em seu lugar surgirão as definições ideológicas. E estas deverão expressar os interesses dos diversos grupos e classes sociais, permitindo a formação de pactos políticos parciais. Os partidos de centro e de direita disputarão os votos da pequena e média burguesia, e o amplo setor da tecnoburocracia. São as chamadas classes ou camadas médias. Poderão ainda contar com os votos de trabalhadores rurais não politizados e de uma parcela dos trabalhadores urbanos. Estes trabalhadores urbanos mais as faixas mais intelectualizadas das camadas médias e uma parte dos trabalhadores rurais constituirão a base eleitoral do partido socialista democrático.

Constituir-se-ão, portanto, pactos políticos, mas esses pactos não terão provavelmente blocos históricos monolíticos, do tipo formado entre 1964 e 1974 pela burguesia e pela tecnoburocracia no Brasil. Pactos sociais desse tipo são típicos dos regimes autoritários, cuja legitimidade independe de um sistema eleitoral e parlamentar. As classes dominantes só podem dispensar a legitimidade democrática do parlamento e de eleições livres quando estão politicamente unidas de forma muito sólida. Em um sistema democrático os pactos políticos são menos importantes inclusive porque as próprias classes dominantes tendem a resolver suas condições internas e atender aos múltiplos interesses de seus membros através dos mecanismos institucionais do sistema parlamentar.

Não há dúvida de que o Brasil já alcançou um grau de maturidade política que nos permite uma visão otimista a respeito da reimplantação da democracia no país, agora em nível mais avançado, na medida em que o populismo seja substituído pelo debate ideológico. Isto não significa que estejamos prevendo um mundo idílico, sem conflitos nem dificuldades. Esta

é uma perspectiva onipotente e fantasiosa, que só pode ser adotada por personalidades autoritárias, que imaginam poder resolver todos os problemas do país e da humanidade com a força de sua mente iluminada. Os problemas de base da economia brasileira — a distribuição de renda injusta, o subdesenvolvimento, a inflação, o endividamento externo — continuam presentes, como continuarão presentes os conflitos de classe e de grupos em torno da solução desses problemas. Ninguém, nem grupo nenhum, tem a solução pronta para eles. As medidas a serem tomadas exigirão coragem e sacrifícios. Provocarão conflitos e protestos.

Mas dispomos de uma instituição capaz de veicular o debate e a solução desses problemas. Esta instituição é a democracia, que surgiu na história moderna como um instrumento da burguesia, mas que hoje, embora muitas vezes servindo a burguesia, transformou-se na conquista política mais importante da humanidade. É esta instituição, suprimida por uma crise política que durou até 1968 e em seguida mantida em recesso por um “milagre” econômico entre 1968 e 1974, que agora toda a nação quer ver restabelecida. Não há porque temê-la. Muito mais amedrontador é um Estado autoritário, fechado em si mesmo, que deriva o poder de si próprio, e que procura subordinar e esvaziar a sociedade civil para aumentar o seu próprio poder. Diz o poeta: “É preciso estar atento e forte. Não temos tempo de temer a morte” Talvez porque quem vive com medo da morte já não vive mais — entregou-se a uma opressão muito mais mortal.

Perspectiva Socialista

A redemocratização do país não terá caráter revolucionário na medida em que a liderança do processo político couber à burguesia e aos setores mais moderados da tecnoburocracia. A participação dos trabalhadores, estudantes, intelectuais e políticos de esquerda provavelmente não retirará o comando das classes dominantes, aliadas ao capitalismo internacional. Não há portanto porque prever uma mudança radical no padrão de acumulação capitalista vigente no Brasil. O ritmo de concentração de renda poderá e deverá reduzir-se. A taxa de concentração, medida pela relação entre o excedente (lucros mais ordenados) e os salários provavelmente estabilizar-se-á ou sofrerá uma pequena redução. Dependendo da força política que os trabalhadores venham a adquirir, essas modificações poderão com o tempo vir a ser substanciais. Mas não serão radicais. Enquanto a acumulação de capital depender de forma significativa dos lucros privados não é possível prever um processo mais significativo de desconcentração da renda. A acumulação privada já é minoritária no Brasil em relação à

estatal, mas ainda corresponde a aproximadamente quarenta por cento do total, Nestas condições e mantendo-se a burguesia no controle da grande maioria da riqueza ou estoque de capital existente no país, ela manterá sua condição de classe dominante e reterá os privilégios na repartição da renda correspondentes.

A partir dessas previsões e no âmbito de uma perspectiva socialista cabe a pergunta: valerá a pena lutar pela redemocratização nesses termos? Até que ponto, perguntam os socialistas radicais, será legítima a estratégia de participar com a burguesia de uma frente-ampla em nome da democracia? Esta frente, que obviamente está em plena formação, abrange desde conservadores de direita até a esquerda radical. No meio temos os conservadores liberais, os reformistas liberais, os social-democratas e os socialistas democráticos. Só se exclui a direita fascista e a esquerda revolucionária. E continuam a argumentar estes socialistas: valerá a pena lutar pela implantação de uma democracia burguesa, ainda marcada pela existência de classes dominantes e por um padrão capitalista de acumulação e distribuição? E o argumento prossegue através de uma análise de perspectivas políticas para a esquerda participar do poder, que afinal se reduziriam a duas: ou assume o poder em nome próprio e inicia imediatamente a realização do socialismo, ou participa de um pacto político com a burguesia nos moldes do finado pacto populista dos anos cinquenta.

Ora esse tipo de análise deveria ser atribuído com mais propriedade ao socialismo mal-informado do que ao socialismo radical. As correntes socialistas poderiam ser em princípio classificadas em socialismo revolucionário, socialismo democrático e social-democracia. O socialismo revolucionário é constituído pelos grupos radicais que operam na ilegalidade e esperam a revolução socialista a qualquer momento. O socialismo democrático pode ser mais ou menos radical, mas afirma sempre que a socialização dos meios de produção só poderá ser alcançada nos quadros de um sistema democrático através da luta de classe. Os social-democratas, na medida em que são muito moderados em seu reformismo e negam a luta de classes a rigor não são socialistas. Representam a burguesia. Também não podem ser chamados de socialistas os estalinistas. Na verdade representam setores dominados da tecnoburocracia. As dúvidas acima referidas são próprias de um socialismo que oscila entre o socialismo revolucionário e o democrático.

Não há perspectivas para a tomada a curto prazo do poder pelos socialistas no Brasil. O sistema tecnoburocrático-capitalista vigente é dinâmico e relativamente bem estruturado. Por outro lado falta à esquerda base popular, organização política e unidade de objetivos. Uma revolução socialista no Brasil, nestas condições, se por acaso ocorresse, seria rapidamente vítima de uma contra-revolução burguesa, ou então se desvirtuaria e se

transformaria em uma revolução tecnoburocrática, como aconteceu com a União Soviética. O socialismo só tem condições de vingar quando possui amplas bases populares, que assumiram uma ideologia e mais amplamente uma consciência social socialista.

É por essa mesma falta de base popular que a tomada de poder por vias democráticas é também improvável a curto prazo para o socialismo. A burguesia, hegemônica ideologicamente, controla os meios de comunicação em massa e o sistema de ensino. Tem amplas condições de manter sua hegemonia política.

Isto, entretanto, não significa que os socialistas democráticos devam caminhar para um novo pacto populista com a burguesia. O populismo é um modelo político superado, que é inútil tentar recuperar. Baseava-se na liderança de uma burguesia nacional, que jamais se concretizou. Tinha como principal objetivo a industrialização, que então se imaginava a panacéia para todos os males do subdesenvolvimento. Sua ideologia era a do desenvolvimento, que colocava em segundo plano a democracia e a redistribuição da renda. Apoiava-se na idéia da libertação e do desenvolvimento nacional sob a liderança da burguesia com o apoio dos trabalhadores contra o jugo da velha oligarquia agrário-mercantil e do imperialismo.

É óbvio que um pacto político dessa natureza perdeu qualquer viabilidade no Brasil. A burguesia industrial e a burguesia agrário-mercantil unificaram-se politicamente, o imperialismo mudou substancialmente através da entrada das empresas multinacionais manufatureiras, com as quais a burguesia local aliou-se desde a primeira hora. A industrialização revelou-se insuficiente para superar o subdesenvolvimento. Verificou-se que o desenvolvimentismo e o tipo particular de nacionalismo que o acompanhava afinal não passavam de ideologias tecnoburocrático-capitalistas adequadas para legitimar um modelo político autoritário e um modelo econômico excludente.

Mas a inviabilidade e indesejabilidade da renovação do pacto populista não implicam a impossibilidade de as esquerdas procurarem alianças. A base natural de um partido socialista democrático são os trabalhadores, mas há frações da média burguesia e da tecnoburocracia que se solidarizam crescentemente com as posições de esquerda. Só alguém com posições rigidamente economicistas poderia hoje imaginar um total determinismo de classe, depois de mais de duzentos anos de ideologia liberal e de mais de cem anos de ideologia socialista a influenciar a burguesia. Os movimentos de esquerda em todo o mundo sempre foram constituídos de trabalhadores e de membros das camadas médias, ou seja, da burguesia e nas últimas décadas da tecnoburocracia. Recentemente essa tendência só tem se acentuado, o que provavelmente decorre da superação paulatina do determinismo econômico,

na medida em que as ideologias progressistas e basicamente o socialismo vai ganhando as mentes dos setores mais intelectualizados da burguesia e da tecnoburocracia. O campo de expansão de um partido socialista inclui, portanto não apenas os trabalhadores, mas também as camadas médias onde se localizam estudantes, religiosos, artistas, profissionais liberais, técnicos dos mais variados tipos.

Em um regime redemocratizado, esse partido poderá eventualmente estabelecer alianças como a frente democrática que hoje se esboça, mas é preciso não se iludir. As circunstâncias em que um partido socialista pode estabelecer alianças com partidos burgueses sem se desfigurar são limitadas. O mais provável é que esse partido seja obrigado a permanecer afastado do poder, representado apenas no parlamento e em governos municipais e estaduais, até o momento em que se transforme em um verdadeiro partido de massas com condições para disputar o poder central.

Para o restabelecimento da democracia e a formação de um partido socialista democrático é essencial uma política trabalhista baseada em sindicatos livres. A conquista da liberdade sindical pelos trabalhadores obviamente não é fácil nem será alcançada automaticamente. Os interesses da tecnoburocracia e da burguesia de controlar os sindicatos através do Estado são muito fortes. Mas a liberdade sindical é o complemento essencial da liberdade política, sem a qual não poderá haver desenvolvimento político para o país.

As mudanças no padrão de acumulação, com uma redução na taxa de concentração da renda, provocada por maiores salários e por unia orientação da produção para bens de salários mais trabalho-intensivos, será alcançada paulatinamente, mesmo que o partido socialista não esteja no poder. Os partidos burgueses, para se manterem no poder em termos democráticos, serão obrigados a atender a reivindicações crescentes dos trabalhadores. A Organização sindical e partidária destes possibilitará a aceleração do processo.

É claro que a burguesia e a tecnoburocracia, se se sentirem muito ameaçadas, poderão tentar voltar a um regime autoritário. No momento, a burguesia deseja a volta à democracia. E a longo prazo, a tendência da burguesia é democrática, na medida em que é uma classe muito ampla e heterogênea, de forma que necessita de um sistema institucionalizado e democrático para dividir o poder entre os seus diversos grupos constituintes. A chamada democracia burguesa tem origem nesse fato e na possibilidade de a burguesia apropriar-se do excedente no mercado através do mecanismo da mais-valia, sem necessidade do recurso direto à violência através do Estado.

Mas uma vez instalada a democracia burguesa, nos países centrais, na primeira metade do século passado, ela foi sendo obrigada a se abrir. A verdadeira democracia burguesa era

censitária, só concedia direito do voto aos proprietários, impedia a formação de sindicatos. A democracia atual não é ainda a democracia plena, mas deixou de ser estritamente burguesa. Na Declaração dos Direitos do Homem, das Nações Unidas, estão inscritos alguns princípios democráticos que constituem conquista definitiva da humanidade e não mera tradução de interesses da burguesia. Não há democracia sem socialismo, porque a democracia é incompatível com um sistema de classes e privilégios. Mas também não há socialismo sem democracia. Esta já possui uma forma universal e não meramente burguesa ou liberal que se expressa na garantia das liberdades individuais. No respeito aos direitos humanos de caráter político e social, no sistema eleitoral pleno, na hegemonia de uma Constituição votada por representantes do povo que distinga Governo, Estado e Sociedade Civil, na legitimação do Governo a partir da Sociedade Civil.

A legitimação do Governo a partir do Estado e não da Sociedade Civil é a ameaça tecnoburocrática por excelência, enquanto que o controle da Sociedade Civil por uma classe, com a qual ela podia sob muitos aspectos ser identificada no passado, sempre foi a estratégia da burguesia para manter-se no poder. A democratização, para a implantação do socialismo, deve impedir a constituição de um Estado cujos tecnoburocratas se autolegitimem e assumam o Governo em nome do Estado, e ao mesmo tempo deve caminhar sempre no sentido de uma abertura e de uma organização comunitária cada vez maior da Sociedade Civil.

A colocação do problema do socialismo e da democracia nestes termos destina-se a provocar o debate. Não há dúvida que a democratização é o objetivo prioritário que tem hoje condições de unir a grande maioria da Sociedade Civil, definida esta nos termos mais amplos possíveis. Mas entre os socialistas é preciso desde já começar a debater francamente os problemas econômicos e políticos centrais do país com vistas ao futuro. Dentro da democracia não há necessidade de clandestinidade, mas sim de debate franco e aberto. Esse debate já começa a ser possível na medida em que a ruptura entre a burguesia e a tecnoburocracia se aprofunda, e que crescentes parcelas de população — de trabalhadores, empresários, estudantes, militares, intelectuais, funcionários — se unem em torno da idéia de democracia. Em momentos como esse se revela toda a fragilidade do Estado autoritário que pratica a ditadura em nome da democracia, a concentração da renda em nome do bem-estar do povo, a desorientação e o desconcerto em nome do planejamento e da racionalidade técnica. E é exatamente em momentos como esses, quando um sistema político perde suas bases na sociedade, que é preciso voltar a pensar no futuro do país em termos concretos. Afinal democracia e socialismo só se constroem com participação política efetiva.